



Reflexões acerca da interdisciplinaridade no desenvolvimento urbano e na assistência técnica

Reflections about interdisciplinarity in urban development and technical assistance

Jessica Mayana Pereira Silva¹

¹ Arquiteta e Urbanista (FIAM FAAM); Especialista em Gestão de Projetos de Arquitetura (FIAM FAAM); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS), da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA – Campus Barreiras); Membro do grupo de pesquisa Estudos Aplicados em Arquitetura e Urbanismo (EAAU/CNPq/IFBA);

e-mail: jessica.s0520@ufob.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6283-243X>

RESUMO

Desde os primórdios da civilização e posteriormente na cidade, reconhece-se a importância das relações humanas e sociais. A cidade ainda é o lugar onde essas relações humanas acontecem de forma intensificada devido a sua característica de densidade, mesmo em suas versões atualizadas e inclusive virtuais, já que a maior parte da população mundial reside atualmente em zonas urbanas. Sendo assim, parte-se da ideia que pensar a cidade, planejar e impulsionar seu desenvolvimento para melhoria da qualidade de vida das pessoas e mitigação das desigualdades, consiste numa tarefa interdisciplinar, cabendo aos profissionais das Ciências Humanas e Sociais importante contribuição. Como instrumento para amenizar a desigualdade sócio-espacial nas cidades, pode-se citar a assistência técnica para projetos de arquitetura e urbanismo, a partir da Lei Nº 11.888/08 que prevê o atendimento de famílias de baixa renda para projeto, construção e reforma de suas moradias. Este artigo, portanto, objetiva refletir sobre a interdisciplinaridade necessária em ações que buscam o desenvolvimento urbano, assim como em instrumentos como a assistência técnica, levantando assim a importância de perspectivas diferentes para que estes processos obtenham compreensão ampla da situação real e solução adequada dos problemas.

Palavras-chave: cidade; interdisciplinaridade, assistência técnica, desenvolvimento urbano, ciências humanas e sociais.

Abstract

Since the beginnings of civilization, the importance of human social relationships in the lives of human beings has been recognized. The city is still the place where these human relationships occur in an intensified way, even in their updated and even virtual versions, since the majority of the world's population currently resides in urban areas. Therefore, it is based on the hypothesis that thinking about the city, planning and boosting its development to improve people's quality of life and mitigate inequalities becomes an interdisciplinary task, especially for professionals in the Humanities and Social Sciences. As an instrument to alleviate socio-spatial inequality in cities, technical assistance for architecture and urban planning projects can be cited, based on law 11,888/08, which provides for assistance to low-income families for the design, construction and renovation of their housing. This article aims to reflect on the interdisciplinarity necessary in actions that seek urban development, as well as in instruments such as technical assistance, thus raising the importance of different perspectives so that these processes obtain a broad understanding of the real situation and adequate solution to problems.

Keywords: city; interdisciplinarity, technical assistance, urban development, human and social sciences.

1 Introdução

Como colocado por Melo-Júnior e Nogueira (2011), o ser humano não pode ser considerado como uma realidade pronta e sim como um ser em busca constante de crescimento, o que pode ser identificado com o seu processo contínuo de humanização. Por esta e outras razões, a partir deste estudo, entende-se que a interdisciplinaridade entre as Ciências Humanas e Sociais estão presentes, ou deveriam estar, em diferentes campos de atuação, incluindo no desenvolvimento das cidades, como espaços de maior aglomeração, e, portanto, complexidade das relações humanas. Este artigo objetiva refletir sobre a importância da interdisciplinaridade entre as Ciências Humanas e Sociais com outras áreas de conhecimento no desenvolvimento urbano e na prestação de assessoria técnica para populações desassistidas, para isso se valerá de uma pesquisa qualitativa com análise de documentos, artigos e trabalhos já publicados, como instrumentos.

Segundo Nunes (2009) atualmente a sociedade é majoritariamente urbana, sendo assim é na cidade onde as interações sociais são cada vez mais complexas e ocorrem os processos de mudanças, por isso o recorte espacial urbano não se desvincula das Ciências Humana e Sociais. Importante ressaltar a cidade, não como um sujeito que define as ações urbanas, pelo contrário, ela é um resultado social e humano. Esta compreensão auxilia a dar protagonismo aos sujeitos produtores da cidade, os seres humanos, especialmente dos espaços segregados em uma sociedade de classes (Carlos, 2020). Ora, se são estes indivíduos e sua relação entre si e o meio que estão inseridos que constituem a cidade, como não envolver em seu processo de planejamento, por exemplo, profissionais e/ou estudos das Ciências Humanas e Sociais?

Para Nunes (2009. p. 443) “uma das características peculiares da temática urbana é a de permitir a interface com diferentes disciplinas científicas (história, geografia, economia, entre outras) numa constante troca de referências.” Ao tempo que se faz necessário investigar o papel que o processo urbano pode estar desempenhando na reorganização das distribuições geográficas das atividades humanas, na dinâmica político-econômica e no desenvolvimento desigual que tem acontecido nos últimos tempos, como aponta Harvey (2005). Precisa-se assim, estar atento às relações urbanas criadas a partir das diferentes visões disciplinares, para entendimento do todo e, principalmente, para buscar as melhorias nas condições de vida dos agentes produtores da cidade.

Atualmente “pode-se dizer que as cidades encontram-se diante de um grande desafio: atentar para as maneiras de viver que nelas são atualizadas.” (Mansano, 2016, p. 49). E para além da cidade, Nunes (2009) ainda destaca a importância da compreensão das novas escalas espaciais, como o espaço virtual. Assim, o espaço construído e a aglomeração de pessoas que se entende por indivíduo e sociedade, não é

unicamente o espaço em que as relações sociais ocorrem, podendo acontecer inclusive o “espaço cidade” em outras modalidades interacionais. Então, como se pode pensar este espaço, seu desenvolvimento, abrangendo sua complexidade de relações muitas vezes desiguais? Para Souza (2010, p. 36), “Nada justifica não debruçar-se sobre as possibilidades de ação, refletindo sobre perspectivas, limitações e potencialidades”.

Em diversos contextos, o termo “desenvolvimento” ainda é visto como sinônimo de desenvolvimento econômico, ao que Souza (2010, p. 60), ao elaborar uma crítica a esse pensamento reducionista do desenvolvimento, coloca inclusive que “a modernização da sociedade, em sentido capitalista e ocidental, é o que se entende por desenvolvimento”. Para o mesmo autor, desenvolvimento urbano deve entendido por “um processo de mudança social positiva no meio urbano, contemplando tanto as relações sociais quanto a espacialidade, visando ganhos crescentes de autonomia individual e coletiva e em que se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social” (Souza, 2010, p. 519).

Levando em consideração este entendimento de desenvolvimento que vai além de crescimento econômico, para alcançá-lo se faz necessário compreender como melhorar a qualidade de vida da população, especialmente àquela que não tem acesso à direitos básicos de sobrevivência, como acesso à infraestrutura e equipamentos urbanos e até mesmo habitação digna e de qualidade, deixando clara e evidente a desigualdade sócio-espacial nas áreas urbanas. São também as características das construções - e que aqui pode-se exemplificar especialmente das habitações - que vão interferindo diretamente no desenvolvimento das cidades. “Embora o princípio geral do desenvolvimento urbano seja necessariamente o provimento de condições para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, podem ocorrer desvios de rota ao longo desse processo virtuoso” (Saldiva, 2018, p. 8.) Quando, por exemplo, as construções não são projetadas de forma a pensar, não apenas na qualidade da edificação, mas também do seu entorno e do lugar em que está sendo implantada, corriqueiramente se tem impactos negativos ao meio urbano e, conseqüentemente na vida das pessoas, especialmente as mais afetadas economicamente.

No Brasil, desde o final dos anos 1990 existem leis municipais em cidades como Porto Alegre, Campo Grande, São Paulo, Vitória e Belo Horizonte que objetivam assegurar às comunidades e grupos sociais menos favorecidos a assistência técnica para projetos e execução de habitações. Mas apenas em 2001, após 11 anos de tramitação no Congresso, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) foi aprovado trazendo instrumentos como a assistência técnica e jurídica gratuita e dando força a ideia de que o acesso à serviços de técnicos profissionais é direito do cidadão e dever do Estado (IAB, 2010). A criação do instrumento impulsionou a implementação da Lei nº 11.888, aprovada em 2008, que “assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de

habitação de interesse social” (Brasil, 2008). Para além do direito à moradia, é importante ressaltar que a lei assegura também o direito à assistência técnica para:

- I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;
- II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;
- III - evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;
- IV - propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental (Brasil, 2008, Art.2º).

Instrumentos como estes tem como objetivo alcançar o desenvolvimento urbano pleno, com maior qualidade de vida para os cidadãos, especialmente os mais desassistidos, minimizando assim as desigualdades. Porém, como colocar em prática estas atividades de forma a abarcar toda a complexidade das relações humanas, e neste caso, também urbanas? Uma das premissas da assistência técnica seria justamente a participação popular para acompanhamento destas atividades. Entende-se que ouvir a população a ser beneficiada é parte importante neste processo para que haja melhoria em sua qualidade de vida. Além disso, a participação pode proporcionar um exercício mais pleno da cidadania e uma melhor integração na sociedade. Para Mathias (2010), em uma cidade saudável, os habitantes precisam participar dos processos que definem e resolvem os problemas, projetando e executando as soluções, não apenas de forma passiva aprovando ou desaprovando os planos elaborados por técnicos.

Coloca-se aqui a importância também da participação popular em parceria com os profissionais de diferentes áreas disciplinares, que possam compreender tecnicamente as complexidades dos problemas em questão. Segundo Nicolescu (2005, p. 2) “a pluridisciplinaridade diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo”. Não se espera que a população se torne profissionais técnicos, mas sim que sejam oferecidos subsídios para que estes sujeitos tenham participação plena no processo e se sintam também responsáveis pela ação. Para Polon e Polon (2017), apenas quando um indivíduo se compreende enquanto sujeito, ele poderá agir com maior consciência crítica na sociedade, criando mais autonomia individual na tomada de decisões. Sendo assim, o conjunto dos conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais é essencial para despertar esta noção explicitada, já que possui como pressuposto a compreensão integral das relações sociais e destas com o meio em que se está inserido.

2 Relações humanas e as ciências humanas e sociais

Quando levamos em consideração a evolução da história humana, torna-se imprescindível atentar que desde os primórdios da civilização, a função da cultura e do ambiente, inclusive no processo de desenvolvimento, tanto da espécie, como das suas relações entre si e com o ambiente em que se inserem.

As relações sociais sempre são protagonistas quando se trata dos seres humanos (Glória, 2014). Pode-se notar a importância da compreensão cultural e social da espécie no período estendido de desenvolvimento das crianças humanas, o mais longo em comparação com gorilas, chimpanzés ou orangotangos.

Segundo Glória (2014), este período ampliado possibilita mais tempo para aprendizagem cultural e social, mostrando sua importância no desenvolvimento humano. Destaca-se na espécie, também, outra característica específica, qual seja: um período mais longo de vida pós-reprodução. Este pode estar, também segundo Glória (2014), diretamente relacionado com o desenvolvimento estendido das crianças humanas, já que neste período se faz necessário um intenso cuidado parental e o auxílio de seres humanos mais velhos, como os avós por exemplo, pode-se fazer fundamental nesse momento.

Entende-se assim que a anatomia humana moderna não foi sozinha a única característica decisiva no aumento de longevidade da espécie, também deve-se levar em consideração a aquisição de um pacote cultural e suas relações sociais que de algumas formas levaram à diminuição da mortalidade, a partir das conexões humanas estabelecidas. Assim, toda a história da humanidade se desenvolve fundamentada no modo como o ser humano estabelece as relações entre si e com o meio em que vive. Porém, é possível se perceber também que há transformações sociais acontecidas a partir de mudanças no modo de produção e consumo de bens (Lima e Horta, 2008).

Por outro lado, segundo Kawanishi e Lourenção (2019), o movimento trans-humanista vem ganhando força junto da ideia que o futuro está nas mãos das tecnologias, associado a um incentivo ao desenvolvimento de um ser humano mais produtivo possível, com um corpo mais útil, porém menos político. Enquanto isso, as Humanidades, conjunto de saberes diretamente afetados pela transformação e questionamento do humano, ainda se encontra distante nessas discussões, que vão reverberar também nos espaços e na forma em que os seres humanos se relacionam entre si e com o meio em que estão inseridos. É muito provável, como coloca Ruiz (2021), que a pandemia tenha acelerado, em mais de uma década, os processos de inserção tecnológicas que o mesmo autor chama de algoritmização da vida, já que houve praticamente a exigência de que as pessoas se integrassem nos espaços virtuais como um mundo real, transformando a realidade digital como uma nova realidade que envolve grande parte dos atos cotidianos. Este processo vem alterando, inclusive, os meios de produção, fazendo com que surjam novas classes sociais, como por exemplo dos trabalhadores autônomos que têm se submetido a um modo de trabalho precário e de exploração em grande escala, para maior benefício do capital.

Se até o modo como as pessoas se comunicam atualmente tem sido muito mais digital do que pessoal ou presencial, até mesmo os afetos humanos têm acontecido de forma diferente. Conhece-se pessoas, cria-se laços e vínculos a partir das redes sociais, de troca de mensagens, comentários ou “likes”.

Neste sentido, dá-se poder aos saberes algorítmicos inclusive para estabelecer (ou não) novas relações humanas.

Toda tecnologia (e saber) se imbrica no modo de viver dos sujeitos de tal modo que quanto mais complexa é a tecnologia, maior impacto produz sobre aqueles que a utilizam. As tecnologias atravessam os sujeitos que as utilizam a tal ponto que produzem o próprio modo de ser do sujeito. Quanto mais intensamente utilizamos uma tecnologia, mais ela nos modifica (Ruiz, 2021. p. 6).

As tecnologias atuais, não apenas tem se associado ao modo de ser das pessoas que as utilizam como, a partir dos algoritmos, como também tem capturado informações e criado estratégias para impactar em seu comportamento de forma intencional. É importante lembrar e compreender criticamente que por trás do algoritmo existem pessoas, corporações, empresas, com objetivos específicos e individuais.

A dupla estratégia utilizada pela tecnologia da algoritmização da vida, a saber: a captura individual dos comportamentos e a escavação massiva de dados, nada mais é que a intensificação das duas grandes técnicas biopolíticas que desde a origem do poder moderno se implantaram. Foucault, num famoso ensaio, as denominou com o termo latino Omnes et singulatum (O todo e cada um). A estratégia do biopoder é conhecer o todo e cada um. Isso significa conhecer capilarmente cada comportamento individual e, concomitantemente, extrair massivamente os dados comportamentais (Ruiz, 2021. p.15).

Como colocado por Ruiz (2021), a governamentalização trabalha através da condução da liberdade dos indivíduos, sendo está, uma ação bastante perigosa já que uma liberdade conduzida, na realidade, não se trata de liberdade genuinamente, mas sim de uma submissão livre aos ditadores das estratégias. Neste caso os indivíduos que não têm consciência crítica das estratégias que são colocadas, são conduzidos a acreditar que estão livres por aquilo que escolhem, quando não estão.

As informações captadas durante a utilização de espaços virtuais – cada vez mais presentes no cotidiano - podem criar um perfil detalhado de cada pessoa, criando um efeito centrífugo e incentivando as relações entre pessoas com mesmos ideais e opiniões, distanciando por consequência os indivíduos com perfis diferentes, com outras opiniões, gostos ou pensamentos diversos. As chamadas bolhas acabam criando filtros invisíveis, dos quais não se tem poder de escolha, fazendo parecer que as informações destinadas a um perfil de pessoa são imparciais e verdadeiras, quando na verdade elas se tratam de opiniões filtradas que podem omitir outras informações que o algoritmo compreendeu como desinteressante para uma ou outra pessoa. Acaba-se assim, segundo Ruiz (2021), reforçando identidades fechadas, isolando diferentes e impedindo interpelações por outras possibilidades de ser, agir ou pensar. O indivíduo, então, perde, inclusive, a oportunidade de conhecer sua própria identidade, já que para Polon e Polon (2017), isso só é possível quando se a conflita com as demais, compreendendo que ele só pode ser uma coisa, se não for outra diversa.

Para Silva (2001), as humanidades, como conjunto de estudos que tem como tema a relação interna que dá uma estrutura humana àquilo que o homem conhece e faz, não têm um objeto perfeitamente definido, a menos que se entendesse que o objeto fosse o próprio ser humano,

desvinculando as Humanidades do compromisso com uma perspectiva humanista. Assim, faz-se necessário compreender a complexidade das novas estruturas de relações humanas e para isso as Ciências Humanas e Sociais devem se colocar presentes. Parafraseando Lima e Horta (2008), as ciências humanas, ao que acrescentamos as Sociais, tem intenção, também de compreender, explicar a rede social e prever seu funcionamento na busca de respostas às necessidades da sociedade, contribuindo com a solução de seus problemas. Reforça-se assim a ideia da necessidade da presença destes pesquisadores em diversas áreas do conhecimento para compreender o todo, auxiliando no desenvolvimento e na melhoria de vida das pessoas.

O que se pode observar na sociedade atual é uma desvalorização do ser, para uma valorização do ter e do poder, nota-se na desvalorização das relações humanas e na falta de garantia ou de ofertas de direitos fundamentais para parte da população, especialmente a menos favorecida financeiramente. Para Gomes, Teixeira e Ravnjak (2020, p. 157), o “contrato social é fruto da emergência da cooperação mútua dos indivíduos, como forma de garantir condições mais justas, seguras e estáveis do viver humano”. Sendo assim, entende-se que o contrato social se fundamenta na transferência mútua de direitos, onde o ser humano se entende em um meio coletivo e por isso renuncia da sua liberdade plena em favor do Estado, este por sua vez fica (ou deveria ficar) responsável por garantir a ordem social e política.

Atualmente é possível perceber que existem pessoas que não possuem seus mais diversos direitos garantidos, ou seja, sujeitos em que a dinâmica do contrato social acontece unilateralmente. Por esta razão, pode-se concluir que as condições de vida de uma pessoa podem ser causa da existência ou não de um contrato social de fato atuante.

Segundo Gomes, Teixeira e Ravnjak (2020), em uma perspectiva fundamentalista, acreditava-se que a globalização econômica e a alta integração de mercado e do fluxo do capital entre os países teriam um efeito sempre positivo. Anunciava-se que a estabilização dos mecanismos de progresso do capitalismo produziria uma maturação do contrato social onde as pessoas seriam beneficiadas com uma possível diminuição de desigualdades e aumento de suas liberdades. Porém, as últimas décadas vem evidenciando justamente o contrário, com a possível falência dos ideais econômicos propostos, já que as nações não vêm conseguindo garantir a prática do contrato social, qual seja a de oferecer aos seus cidadãos os direitos fundamentais para a vida em sociedade. Pode-se trazer como exemplo de falência e fracasso do contrato social, a existência de pessoas refugiadas, pessoas que abrem mão de sua cidadania por motivos de perseguição por raça, religião, nacionalidade, ou ainda porque não podem ou não querem, por medo, valer-se da proteção de seu país de origem. Estas pessoas não tiveram pelo Estado a garantia de sua segurança jurídica, sua integridade física e moral e elementos essenciais à existência digna. Ainda como colocado por Gomes, Teixeira e Ravnjak (2020), um dos reflexos do fracasso do contrato social é

justamente o surgimento deste grupo de indivíduos que abandonam suas condições de cidadãos e se desvinculam da inatividade estatal.

As relações humanas e culturais, tão importantes para o desenvolvimento do ser humano, desde o início da espécie, como colocado anteriormente, tem se tornado cada vez mais complexas e perdendo protagonismo para outros elementos que se colocam como fundamentais e tem ditado regras na vida em sociedade, como bens e poder aquisitivo. Compreende-se aqui a importância das Ciências Humanas e Sociais para compreender e auxiliar na solução de problemas, porém percebe-se também que estes pesquisadores têm perdido espaço se comparado a outras áreas técnicas e disciplinares. No que se trata, por exemplo, de espaço urbano, onde as atividades humanas tem acontecido potencialmente, a interdisciplinaridade ainda precisa ganhar espaço.

3 Desenvolvimento urbano e as ciências humanas e sociais

Ainda tratando do processo de globalização, já mencionado anteriormente, mas agora observando também a construção do espaço urbano, pode-se refletir que

[...] muitas das inovações e dos investimentos idealizados para tornar certas cidades mais atraentes, como centros culturais e de consumo foram rapidamente imitadas em outros lugares, tornando efêmera qualquer vantagem competitiva num conjunto de cidades. Quantos centros de convenções, estádios, Disney Worlds, zonas portuárias renovadas e shopping centers espetaculares podem existir? Muitas vezes, o sucesso é fugaz ou se torna discutível pelas novidades semelhantes ou alternativas que surgem em outros lugares (Harvey, 2005. p. 182).

Observa-se, por exemplo, turistas fazendo viagens praticamente imóveis, deslocando-se nas mesmas cabines de avião, hospedando-se nos mesmos quartos de hotéis, comendo o mesmo tipo de alimentação, observando paisagens que já foram vistas nas telas dos celulares e até mesmo consumindo os mesmos tipos de souvenirs.

Segundo Carlos (2020), as relações capitalistas, potencializadas pela globalização, acabaram também por determinar o processo de produção do espaço, deslocando-se assim o foco do processo de acumulação capitalista das mercadorias clássicas para a produção do espaço. Consequentemente esta prática espacial vai ocasionando uma extrema separação dos elementos que sustentam a vida, fragmentando-se e se transformando na separação dos espaços-tempo do cotidiano, prejudicando assim as relações sociais. A separação importante é aquela entre os espaços de moradia e os espaços de trabalho, concretizando também a separação casa-lazer e assim a centralizando os lazeres na cidade.

Nas cidades contemporâneas, onde se manifestam a concentração de poder, de riquezas e das propriedades, observa-se claramente movimentos de segregação como consequência da mercantilização do espaço. Assim, a cidade tem se transformado em fonte de lucro e disputa de poder pela coação do

uso do solo (Carlos, 2020). Este movimento impossibilita o acesso de todas as pessoas em quaisquer partes da cidade. Segrega-se parte da população que perde direitos e garantias de utilizar equipamentos, infraestruturas e até mesmo espaços – que deveriam ser – públicos. Como coloca Harvey (2005),

[...] por um lado testemunhamos uma maior fragmentação do espaço social urbano em zonas, comunidades e diversos “clubes de esquina”, enquanto, por outro lado, o transporte rápido e integrado torna absurdo certo conceito de cidade enquanto unidade física hermeticamente murada ou mesmo domínio administrativo coerentemente organizado (Harvey, 2005, p. 171).

A segregação da cidade é um ato de privar da vida urbana para parte da população, e este processo tem ficado cada vez mais claro e potencializado nas cidades contemporâneas, como dizem Carlan e Zanella (2018)

[...] a naturalização da perversidade social é característica nas últimas décadas, de modo que, fica evidente com a divisão da promoção de condições, que o favorecimento é apenas à alguns indivíduos. Dessa forma, ao centro dessa dicotomia, o sujeito totalmente desnudo e completamente alienado não percebe sua condição, tão pouco, compreende as proporções políticas que o circundam (Carlan e Zanella, 2018, p. 88).

Deve-se compreender o desenvolvimento por mudança para melhor. Como colocado por Souza (2010, p. 61) “um ‘desenvolvimento’ que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal”. Se, às custas de um falso desenvolvimento, o espaço urbano segrega, prejudica, tira direitos de alguns indivíduos, não pode ser entendido como desenvolvimento de fato. Para isso é preciso que os próprios indivíduos tenham consciência crítica e compreendam o meio em que estão (ou não) incluídos. Mais uma vez o papel das Ciências Humanas e Sociais se faz presente, neste aspecto de maneira mais didática, de auxiliar a população em sua própria autonomia.

A autonomia individual é a capacidade de cada indivíduo de estabelecer metas para si próprio conscientemente, tendo oportunidade de as buscar com a máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a situação e sobre as informações de que dispõe. Para isso, pressupõe-se não apenas condições favoráveis, mas também instituições sociais que garantam uma igualdade efetiva de oportunidades (Souza, 2010). Já a autonomia coletiva, “depreende não somente instituições sociais que garantam justiça, a liberdade e a possibilidade do pensamento crítico, mas também a constante formação de indivíduos lúcidos e críticos, dispostos a encarnar e defender essas instituições” (Souza, 2010, p. 65).

Compreender o desenvolvimento urbano real, com indivíduos autônomos e com seus direitos sendo garantidos como um contrato social, possibilita inclusive um olhar aproximado também às questões de sustentabilidade, conceito tão utilizado nos últimos anos, inclusive, mascarando ‘falsos desenvolvimentos’. Para Mansano (2016), em frente aos problemas básicos de sobrevivência a serem enfrentados diariamente pela população urbana, como a busca por emprego, moradia, segurança, saúde e educação, as práticas de cuidado e preocupação com a natureza acabam ficando em segundo plano. Mesmo assim,

A questão da sustentabilidade tem sido estudada por diferentes áreas de conhecimento. Entretanto, ela ainda não conta com um referencial teórico sistematizado que defina seus principais pressupostos. Isso se deve, em grande parte, à recente emergência histórica da noção de desenvolvimento sustentável (Mansano, 2016, p. 52).

Elkington (2001) destaca a necessidade de ampliar o entendimento do conceito de sustentabilidade, incluindo além da tríade ambiental, social e econômica também questões como a política, o espaço urbano e a cultura. Já para Guattari (1992), a consciência ecológica futura não termina apenas com a preocupação ambiental, como também com devastações sociais e mentais - aqui pode-se retornar a discussão das relações humanas e culturais como fundamentais para o indivíduo. Acredita-se assim que, sem transformação do pensamento, da compreensão e dos hábitos coletivos, haverá apenas medidas ilusórias relativas ao meio material.

O conceito de sustentabilidade afetiva pode servir como uma ferramenta conceitual que: 1. parte de uma concepção de homem e de natureza que considera o quanto os corpos são potentes para afetar e serem afetados nos encontros que experimentam cotidianamente; 2. analisa os impactos dessa variação de afetos na natureza e nas relações sociais; 3. colabora para compreender a crescente indiferença, historicamente construída, para com as questões do meio ambiente e das relações afetivas; 4. abre-se para um campo político de debate multidisciplinar sobre o que desejamos construir como vida comum, compartilhada (Mansano, 2016, p. 58).

Como colocado por Mansano (2016), o ser humano tende a evitar encontros que venham a diminuir a potência corporal e se esforça para conseguir bons encontros, aumentando sua potência. Com uma cidade segregada, pautada na mercantilização dos espaços e exclusão de grupos sociais, potencializando desigualdades, intensificada inclusive pelo medo, pelo mal uso (ou inexistência) de espaços públicos, falta de infraestrutura adequada, etc., a potência do encontro, das relações e suas intensidades pode ser propositalmente afetada e diminuída.

4 Planejamento urbano, assistência técnica e interdisciplinaridade

Para Silva (2001), uma cidade que cresce com a diversidade das iniciativas individuais seria menos perfeita do que aquela que tenha sido planejada por um só arquiteto. Organizar o espaço urbano tem se tornado um complexo conjunto de forças mobilizado por diversos agentes sociais, com diferentes interesses, gerando um processo que tende a ser bastante conflituoso. Há áreas urbanas completamente desassistidas, justamente porque a população ali envolvida não tem poder aquisitivo e o espaço que é destinado a elas não tem prioridade na oferta de infraestrutura. Aparentemente há um movimento de dispersão das relações humanas, onde o

[...] o espaço urbano está cada vez mais marcado por medo, desconfiança e ameaça. Praças, ruas, parques e avenidas, utilizados quase exclusivamente para o deslocamento diurno de trabalhadores, sofreram um duplo golpe: por um lado, há pouca atenção ao pedestre que tende a ocupar esse espaço público exclusivamente para deslocar-se; por outro, a rua, historicamente

caracterizada como espaço de encontros, tornou-se, em nossos dias, sinônimo de perigo, sendo cada vez mais evitada e temida (Mansano, 2016, p. 56).

Como colocado por Carlos (2020, p, 358), “o cotidiano é a instância que liga espaço-tempo e que revela o esvaziamento e enfraquecimento das relações sociais na cidade – perda de referências, isolamento e estranhamento.” Para compreender como se dão as questões segregacionistas do espaço urbano, pode-se utilizar como questão central o acesso à moradia, que em seguida se desdobra no problema da mobilidade urbana, já que a localização de suas habitações pode impossibilitar parte da população de acessar espaços indispensáveis para vida cotidiana.

Para além da ausência de direitos já colocado, da não oferta de garantias para melhorar a qualidade de vida da parcela da população a partir da mercantilização e segregação do espaço, questiona-se, também, a qualidade das habitações, a forma com que são construídas, se possuem estrutura adequada para receber as famílias, se foram pensados o conforto e salubridade ambiental, além de serem implantadas em localidades que possuem ou não infraestrutura urbana necessária para que a qualidade de vida seja restaurada. A habitação compõe o espaço urbano e, muitas vezes quando se coloca este assunto em evidência, fala-se apenas em pesquisa sobre o déficit habitacional, sem se levar em consideração como está o desenvolvimento destas cidades e a qualidade dos espaços de moradia já construídos.

Diante do contexto ora mencionado, faz-se necessário reforçar que a autoconstrução está presente na cidade, muitas das vezes, como o único meio possível para a conquista de moradia. Portanto, um dos caminhos para melhoria das construções e, conseqüentemente, do desenvolvimento urbano, não deve ser o de dificultar as estratégias como a autoconstrução, já que esta é a forma que boa parte da população garante seu direito à moradia, mas reverter a situação trazendo a comunidade para fazer parte de um processo projetual e construtivo seguro e de qualidade, transformando um desenvolvimento técnico em participativo, por meio da assistência técnica. Famílias com renda mensal de até três salários mínimos deveriam ser beneficiárias da lei de assistência técnica, explicada anteriormente, sendo residentes das zonas rurais ou urbanas e devendo ser selecionadas pelos conselhos municipais, como o Conselho Municipal de Habitação (IAB, 2010).

A oferta do direito garantido pela Lei nº 11.888/08 deveria ser efetivada com apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, prevendo a execução de serviços permanentes e gratuitos. A legislação prevê que os serviços devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, que atuem como servidores públicos (da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios); integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos; profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios modelos ou escritórios públicos com atuação na área; ou mesmo por profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, desde que previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, estado,

Distrito Federal ou município (Brasil, 2008). Entende-se aqui que, também ao desenvolver assistência técnica, poder-se-ia incluir profissionais de diversas áreas para um contato mais aproximado com os indivíduos beneficiados e para melhor compreensão das complexidades do espaço urbano, das suas relações entre si e com o espaço, como por exemplo assistentes sociais e geógrafos.

Levando em consideração um processo inclusivo, Cardoso e Lopes (2019), definem como assessoria técnica um trabalho coletivo, que conta com a participação da população e incentiva à formação de movimentos populares, diferente da assistência que possui um caráter meramente técnico - de projeto e construção da edificação - e até mesmo assistencialista. Sendo assim, até mesmo no emprego do termo assessoria ou assistência, tende-se a dar mais oportunidades, ou não, de escuta dos indivíduos.

Não é difícil compreender que, por conta dos corriqueiros escândalos de corrupção e das decisões políticas em proveito próprio, a população tenha tido certo desinteresse pela vida pública, ou até mesmo uma repugnância pelos políticos profissionais, que acaba por se confundir e sentir certa ojeriza pela “política” (Souza, 2006). Contudo, compreender a importância de fazer e se sentir parte de todo processo que envolva a cidade se faz necessário para que sejam ouvidos e tenham seus direitos garantidos. Por outro lado, também não é objetivo da participação que todas as pessoas se tornem técnicos de um conteúdo específico ou mesmo de vários, a ideia é que os técnicos e cientistas de diferentes áreas do conhecimento prestem o auxílio e os esclarecimentos necessários quando a população em geral esteja participando dos processos de tomada de decisão.

Ao se planejar o espaço urbano, objetivando seu desenvolvimento pleno, deve-se realizar um exercício de imaginação do futuro, referenciado por uma reflexão prévia sobre os desdobramentos da situação atual, ou seja, por um esforço prognóstico. Para compreender as complexidades dos espaços e dos indivíduos, faz-se necessário um entendimento do todo. Quando se trata de formular políticas públicas e estratégias de mudança social, Souza (2010, p. 73) afirma que “torna-se imprescindível mobilizar os conhecimentos aportados pelas várias ciências sociais, inclusive sobre a temática do desenvolvimento em escalas supralocais.” Ainda segundo o mesmo autor (2010), em países com uma larga tradição e uma cultura de planejamento consolidada, o planejamento urbano é um campo que congrega os mais diferentes profissionais. Nele colaboram e participam não apenas arquitetos e urbanistas, mas também cientistas sociais de diferentes formações, como os geógrafos e especialistas em direito urbano, por exemplo.

Para Polon e Polon (2017), a interdisciplinaridade é vista como uma forma de permitir que o indivíduo perceba a sociedade como um todo integrado, do qual ele é parte fundamental, podendo inclusive pensar criticamente e intervir conforme suas opiniões.

É relevante ainda diferenciar os conceitos de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, onde entende-se que o primeiro refere-se ao trabalho coletivo desenvolvido por diversos especialistas com um objetivo em comum. Já o segundo conceito deve-se à aproximação destes especialistas em aprender uma linguagem comum. A abordagem multidisciplinar não é capaz de absorver

toda complexidade de uma problemática, devido aos próprios conflitos que existem entre os campos disciplinares. Já a abordagem interdisciplinar permite o elo entre as disciplinas, uma aproximação que perpassa as relações de poder entre as disciplinas, mas que visa atingir um campo do conhecimento de caráter integrador, que está além da questão disciplinar (Polon e Polon, 2017. p. 193).

Já com a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade ultrapassa os limites das disciplinas, mas ainda assim seu objetivo permanece dentro na pesquisa disciplinar, enquanto a transdisciplinaridade está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através e além delas (Nicolescu, 2005).

Compreender e assumir que tratar das relações humanas e do meio em que elas acontecem – aqui trata-se especialmente do espaço urbano – é um processo complexo e depende da participação de diferentes profissionais, inclusive das Ciências Humanas e Sociais, se faz necessário para que as atividades propostas, objetivando a mitigação das desigualdades e o aumento da qualidade de vida das pessoas, sejam desenvolvidas de forma mais completa ao se propor observar, com mais clareza e mais próximo possível da realidade, o todo.

5 Considerações finais

Para Nunes (2009) a cidade é um dos cenários ideais para entender a sociedade, já que atualmente ela é predominantemente urbana, entendendo como um lugar onde tem ocorrido os processos sociais, seus equilíbrios e tensões. Ao pensar, planejar ou estudar cidades, deve-se tomar atenção também aos espaços considerados marginais, aqueles que são segregados (espaços e pessoas), não legitimando apenas lugares ou cidades que são considerados triunfantes ou prósperos e excluindo outros espaços urbanos dos estudos. Faz-se necessário, também, incluir a complexidade das novas formas de se relacionar, como nos espaços virtuais, que atualmente estão tão presentes na vida dos indivíduos, quanto os espaços físicos.

Se desenvolvimento urbano é uma expressão que, como colocado por Souza (2010), muitas vezes, no discurso do dia-a-dia, diz respeito apenas a expansão e a complexificação do tecido urbano, desenvolver seria apenas dominar a natureza, fazer crescer ou modernizar, o que reforça a tendência urbana atual de mercantilizar espaços, segregar pessoas e tirar delas direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado, conforme a ideia do contrato social. Deixa-se assim de dar protagonismo às relações humanas, sociais e culturais, como essenciais para o indivíduo, sua vida e formação, desprezando sua importância desde os primórdios da civilização. Dar-se preferência pelo poder aquisitivo, desconsiderando questões sociais levam a um “falso desenvolvimento”, já que neste caso não se objetiva a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas, assim como não se preza a diminuição da desigualdade. Muito pelo contrário, acaba-se a potencializando.

É preciso pensar e planejar os espaços urbanos para as pessoas. Mesmo quando se trata de assuntos individuais ou cotidianos, não se vive sem algum tipo de planejamento, mesmo que uma

programação mínima, então como não planejar espaços com relações tão complexas quanto a cidade? E se esta relação indivíduos-indivíduo-espaço não se dá de maneira simples, não há como não levar em consideração diferentes áreas do conhecimento, especialmente as Humanas e Sociais. Se determinado conhecimento é fragmentado, acaba perdendo sua complexidade e acaba se tornando incompleto, já que o viés interdisciplinar busca abordagens integradoras mesmo se correndo o risco de emitir visões sem o devido aprofundamento que pode ser possibilitado pelas especificações de cada campo disciplinar (Polon e Polon, 2017). Nicolescu (2005) coloca ainda que a pesquisa transdisciplinar não é antagonista, mas, sim, complementar à pesquisa pluri e interdisciplinar. A transdisciplinaridade é diferente da pluri e da interdisciplinaridade, pelo seu objetivo de compreender o mundo presente, mas todas as três buscam ultrapassar as disciplinas.

Além da interdisciplinaridade, envolver os indivíduos implicados nestes espaços também se faz necessário pela mesma razão: obter olhares e perspectivas diferentes, que provavelmente profissionais técnicos ou pesquisadores não conseguem enxergar dentro de suas teorias, que podem estar distantes da realidade presenciada apenas no cotidiano dessas pessoas que também precisam ser protagonistas no processo. Como colocado por Ruiz (2021, p. 19), um sujeito só poderia ser considerado livre “quando adquirisse a capacidade de não se deixar dominar pelo próprio instinto nem pelas influências externas.” Quando uma pessoa participa de um processo de tomada de decisão, ela se sente responsável por aquele resultado, mesmo ele tendo sido alcançado como previsto ou até mesmo equivocado, tendendo a zelar pelo compromisso ali colocado, pelos seus objetivos e sua fiscalização, sentindo-se pertencente e cidadão.

A assessoria técnica, tratada neste artigo, é um trabalho onde fica clara a necessidade da participação de profissionais de áreas distintas, com olhares técnicos para as questões coletivas, de segurança, viabilidade e aplicabilidade, por exemplo, e da população envolvida, aquela que será diretamente beneficiada. Pois, justamente com o auxílio destes profissionais, são estas pessoas que saberão deliberar e compreender suas reais necessidades.

Referências

BRASIL Lei n.º 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Brasília, DF, 2008.

CARDOSO, F. S.; LOPES, J. M. A. Assistência a assessoria técnica: entre o discurso e a prática. Anais. Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=588>. Acesso em: 25 maio 2024.

CARLAN, R. B; ZANELLA D. C. De Slavoj Zizek à Alain Badiou: uma breve reflexão a respeito da hipótese comunista. *Disciplinarum Scientia*, Série: Ciências Humanas. Santa Maria, v. 20, n. 1, p. 81-90, 2018.

- CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade. Revista Direito Práxis., Rio de Janeiro, v.11, n.01, p.349-369, 2020.
- ELKINGTON, J. Canibais com garfo e faca. São Paulo: Makron Books, 2001.
- GLORIA, P. Evolução da História de Vida Humana. Ciência & Ambiente, 2014.
- GOMES, F. S.; TEIXEIRA, A. R.; RAVNJAK, L. L. S. De Hobbes a Appadurai: o instituto do refúgio sob a ótica do contrato social e da geografia da raiva. Revista Ciências Humanas - UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 13, n 3, edição 28, p. 156 - 168, 2020.
- GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Editora Annablume, 2005.
- INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL – IAB; Manual para a Implantação de Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social. São Paulo: Tecnodata Educacional, 2010.
- MELO-JUNIOR, E. da S.; NOGUEIRA, M. de O. A Humanização do Ser Humano em Paulo Freire: a busca do “ser mais”. Revista Formação Docente – Belo Horizonte – vol. 3, no 1, 2011.
- KAWANISHI, P. N. de P.; LOURENÇÃO, G. V. N. Humanos que queremos ser: Humanismo, Ciborguismo e Pós-humanismo como tecnologias de si. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n (58.2): 658-678, 2019.
- LIMA, L. DSC; HORTA, R. de C. A. As ciências Humanas e sociais no processo de reconstrução da sociedade na perspectiva cidadã. E-cadernos ces, 02, 2008.
- MANSANO, S. R. V. Espaço urbano, natureza e relações sociais: por uma sustentabilidade afetiva. Revista Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo, v. 17, n.3, 49-59, 2016.
- MATHIAS, A. Cidades e Comunidades Saudáveis: participação social e desenvolvimento de políticas públicas saudáveis. In: Sperandio, D.G. Machin, & M.A.B. Fortunato (orgs.). Políticas integradas em rede e a construção de espaços saudáveis: boas práticas para a iniciativa dos rostos, vozes e lugares Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2010.
- NICOLESCU. B. Uma nova visão do mundo: a transdisciplinaridade. São Paulo: Triom, 2005.
- NUNES, B. F. As ciências sociais e a cidade. IN: Fortuna, Carlos; Leite, Rogério Proença (Org.). Plural de cidades: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- POLON, L. C. K.; POLON, P. H. H. Interdisciplinaridade na Educação: Ciências Humanas e a Formação do Sujeito. Ciências Sociais em Perspectiva v. 16 – n. 30, 184-198, 2017.
- RUIZ, C. M.M. B. Algoritmização da Vida: A Nova Governamentalização das Condutas. Cadernos IHU Ideias. v.19, n.314, 2021.
- SALDIVA, P. Vida urbana e saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA, F. L. Humanidade e Humanismos: A lógica da exclusão. Aula Inaugural dos Cursos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: SDI/FFLCH/USP, 2001.

SOUZA, M. L. de. A Prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.